

Propriedade Intelectual é tema de palestra

Um dos destaques da programação do XXXII Seminário Integrado de Software e Hardware (SEMISH) foi a participação do professor Imre Simon (USP).

Durante a palestra “Copiar e recombinar deveriam ser direitos inalienáveis de todo o ser vivo”, Simon disse que não se pode mais copiar e recombinar livremente. “A propriedade intelectual reserva o controle das cópias ao autor por tempo determinado”, explicou.

Segundo o pesquisador da USP, a propriedade intelectual de uma obra é de posse do autor enquanto ele estiver vivo e após 70 anos da sua morte, depois desse período a obra passa a ser de domínio público. Simon afirmou que esse tempo limitado é fundamental, porque a atual situação da lei de direito autoral é inadequada. “Existem duas interpretações da lei. Uma conservativa e outra liberal”, ressaltou o professor.

A conservativa, chamada de *Copyright*, diz que a obra é de domínio do autor e todos os direitos são reservados a ele. A liberal, chamada de *Copyleft*, não restringe o direito de cópia ao autor e, para Simon, incentiva a reprodução da obra.

“As leis estão na contramão das interpretações. No início da civilização todos podiam copiar e recombinar”, destacou Simon. Segundo ele, esses eram mecanismos essenciais para a construção da cultura.

Hoje qualquer computador faz cópia. “Estamos diante de uma nova realidade, as cópias estão mais baratas”, disse o professor. Simon explicou que o mundo do software segue as mesmas regras das cópias literárias. Ele advertiu que essa adaptação ocorreu sem uma investigação para identificar se essas normas eram

adequadas. “Isso é algo impossível porque o software não dura 70 anos”, exemplificou Simon. O software acaba sendo desvalorizado antes da morte do autor. De acordo com o professor, o software livre inventou um novo conceito de autoria coletiva. “Existem softwares, como o Kernel do Linux, que têm 4 mil autores”, acrescentou.

Outro problema apontado por Simon é a cópia de músicas na Internet.

“Isso virou febre mundial, mas algumas empresas insistem em processar as pessoas por isso”, afirmou o professor.

Segundo Simon, a instituição da propriedade intelectual visa preservar os direitos morais do autor e incentivar a criação intelectual e a inovação. “Na prática o que

ocorre é que o incentivo é do autor, mas o controle é transferido para uma empresa”, ressaltou o professor.

Para Simon, a sociedade tem interesse em um domínio público e no incentivo do enriquecimento desse domínio. “Mas é preciso incentivar para que o autor produza mais”, constatou. “As leis tentam defender os dois, autor e domínio público, mas, algumas vezes, eles não têm os mesmos interesses”, afirmou.

Copiar e recombinar são operações básicas para a evolução da informação e a manutenção do domí-

nio público. “Essas operações são essenciais e pouco reconhecidas como importantes para a cultura”,

ressaltou Simon. Para ele, se alguns softwares podem ser extintos, devem ser preservados de forma essencial: copiando-os e recombinando-os.

“Quando se breca a cópia e os produtos derivados (recombinação) cria-se uma zona de exclusão social e cultural”, lembrou o professor. De acordo com Simon, isso interfere na liberdade de informação e amortece o vigoroso processo de criação corporativa de bens de informação.

Simon explicou que todo o conhecimento é baseado em um conhecimento anterior, e o domínio público de um mundo

que libera e incentiva a cópia teria oportunidade de experimentar e avaliar o software. Para ele, o software livre oferece essa oportunidade. “Teríamos uma ampla variedade de textos, imagens, músicas e filmes que estariam livremente disponíveis, sujeitos a um processo evolutivo”, revelou.

Para Simon, se todos puderem copiar livremente, a obra não desaparecerá. “O que vai desaparecer é o mecanismo para a implantação do direito autoral, que poderá achar outro meio sem o monopólio da cópia e da recombinação”, concluiu.



FOTO MARCO DA COSTA

Imre Simon, professor da USP

“As cópias estão mais baratas.”

